



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL

Parecer 45/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Poder Executivo

Protocolo nº 214

Relator: Vereador Jhonnatan Pereira Xavier

Data: 10/06/2025

Matéria: Projeto de Lei nº. 031/2025.

Horário: 08:30

Beatriz
Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 031/2025:

"Altera o art. 1º da Lei Municipal n. 1.413/23."

1. RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei n. 031/2025, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado no dia 16/05/2025, sob o protocolo nº 179, e lido na Sessão Ordinária do dia 26/05/2025. Após leitura em Plenário, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final para análise quanto à legalidade, constitucionalidade e regimentalidade.

A Comissão se reuniu para avaliar a proposta e, durante o processo, identificou um erro material na mensagem que acompanha o projeto. Em decorrência disso, foi elaborado o memorando nº 07/2025, solicitando ao Executivo Municipal a correção do erro, o que foi atendido por meio do Ofício Municipal nº 94/2025.

Após a retificação, o Projeto de Lei retornou à Comissão para nova análise e conferência.

É o breve relato.

2. PARECER:

A presente proposição busca fortalecer a política pública municipal de atenção básica à saúde, autorizando a criação de mais um emprego público de ACS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os limites e competências estabelecidos pelas normas constitucionais, federais e locais.

Sob o ponto de vista da competência legislativa, o projeto encontra respaldo no art. 30, incisos I e II da Constituição Federal, que assim dispõe:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber."

Igualmente, a Lei Orgânica do Município de Chuvisca, em seu art. 10, reafirma tal competência ao dispor:

"Art. 10. Compete ao Município, o exercício de sua autonomia:

I - organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;

II - promulgar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu interesse."

Quanto à iniciativa, observa-se legitimidade do Prefeito Municipal, nos termos do art. 58, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 58. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica."

Logo, a proposição de lei parte de autoridade legítima e trata de matéria inserida na esfera de competência municipal.

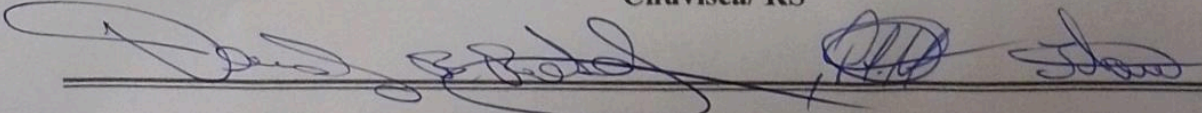
Ato contínuo, destaca-se que a proposição encontra respaldo na Lei Federal nº 11.350/2006, que regulamenta o §5º do art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime jurídico e as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde.

O art. 8º da referida lei exige que os ACS sejam contratados mediante regime jurídico definido por lei local, e o art. 9º determina que a contratação seja precedida de processo seletivo público, o que está expressamente previsto na motivação apresentada no projeto, respaldada pelo Ofício nº 0121/2025/SMS/DSA, que solicita a ampliação do quadro.

A mensagem do projeto destaca a importância estratégica da atuação

Avenida 28 de Dezembro, 3855 - Centro - CEP: 96193-000
Fone: (51)92000-6568 - E-mail: camarachuvisca@gmail.com

Chuvisca/ RS



dos ACS na promoção da saúde, prevenção de doenças e cobertura territorial da atenção básica, justificando o acréscimo de mais um cargo para suprir a demanda da zona urbana.

Não se trata da instituição de nova política pública, mas da adequação da estrutura administrativa para atendimento das necessidades do serviço público essencial, sem desrespeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37, caput).

Portanto, a proposta não incorre em inconstitucionalidade ou ilegalidade, tampouco afronta princípios administrativos ou regras de técnica legislativa, estando em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998 quanto à estrutura e clareza normativa.

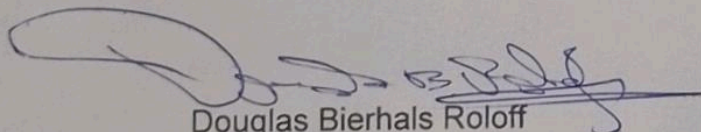
3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 031/2025, emitindo **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação, por ser legal, constitucional e regimental.

Recomenda-se o prosseguimento da tramitação regimental, inclusive com envio à Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo para análise da adequação orçamentária e financeira.

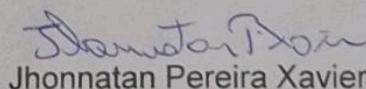
É o Parecer.

Chuívisca (RS), 09 de junho de 2025.



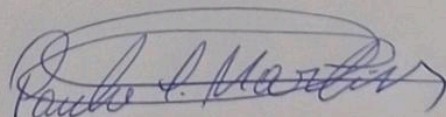
Douglas Bierhals Roloff

Presidente



Jhonatan Pereira Xavier

Relator



Paulo Israel Longaray Martins

Secretário